



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012

Acta n.º 22

Ao vigésimo sexto dia do mês de Abril do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, no Salão Cultural e Recreativo da Junta de Freguesia da Guia, por convocatória de dezasseis de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 13/12/2011, 22/12/2011, 26/01/2012 e 16/02/2012; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta final do Plano de Pormenor do Escarpão - Plano de Intervenção em Espaço Rural e Programa de Ação Territorial; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação de erro material da revisão do Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas e ocupação da via pública para artistas e artesãos, para o corrente ano civil de 2012; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento de venda ambulante do município de Albufeira; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2011, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO OITÁVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2011, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal na falta do Presidente da Câmara Municipal, no uso de delegação de competências da Câmara Municipal por deliberação de 22 de Outubro de 2009, do concurso público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos d'Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia e JI da Guia; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao regulamento "Educação no Verão; -----



PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e tomada de posição sobre a impugnação da sessão ordinária de 16/02/2012, sob proposta do membro do Partido Socialista na Assembleia Municipal, Luís Fernandes. -----

ADITAMENTO: -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira; -

PONTO DÉCIMO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Subsídio de Arrendamento do Município de Albufeira. ---

Antes de se dar início à chamada, o Presidente da Assembleia agradece ao Presidente da Junta de Freguesia da Guia a cedência do espaço para a concretização da sessão da Assembleia Municipal de Albufeira. -----

A Primeiro-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Manuel José Guerreiro Gonçalves (membro suplente PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Luís Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Sérgio Santos Brito (membro suplente PSD), Paulo Alexandre Marcelino Vieira Xufre (membro suplente PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, o Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, a Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e a Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - Isabel Maria Glória Colaço Carvalho. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis. -----

FALTAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Maria Isabel Rodrigues Mateus, Helena Maria Palhota Dias Simões e Luís Filipe Mendonça dos Reis.-----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Paulo Freitas (PSD), Anabela Santos Nobre (membro suplente PSD), Florbela Caixinha (PS), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (membro suplente PS), Isabel Mateus (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Helena Simões



(PSD) e Luís Reis (PS), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros, Manuel Gonçalves, Luís Fernandes, Alberto Saraiva, Sérgio Brito e Paulo Xufre. -----
 Havendo quórum (vinte e seis presenças), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente. -----
 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----
José Ribeiro - Apresenta intervenção escrita (doc.1). -----

Discurso na assembleia municipal

Em relação ao projeto de lei sobre a ocupação de via pública no Concelho de albufeira, venho manifestar a minha forte discordância com a redação do texto da proposta de decreto-lei proposta pela CMA por este promover a desigualdade de direitos entre os diversos comerciantes dando direitos diferentes a tipos de negócios diferentes beneficiando uns em detrimento de outros causando assim prejuízos diretos aos comerciantes que não sejam restaurantes bares ou similares e impedindo estes por força de uma lei injusta e anticonstitucional de se baterem em igualdade de direitos com os restantes.

Posso dar como um exemplo o caso em que um estabelecimento de um qualquer tipo de negócio que não seja de restauração ou similar e que tenha á sua esquerda e á sua direita restaurantes bares ou similares que de acordo com a proposta de lei têm o direito de ocupar até 8 metros da fachada do seu estabelecimento e no meio o tal estabelecimento de outra qualquer natureza de negócio que só poderá ocupar até 1,5 metros em frente á sua fachada, ficando assim encurralado lá atrás num "beco" artificialmente criado por uma lei injusta e contra a qual não pode lutar, afinal é LEI, definhando lentamente até que se esgotem os seus recursos, gorando a sua

5.



expectativa de obtenção de benefício económico, ficando prejudicado inclusive as finanças publicas pois se não houve vendas não existe lugar ao pagamento de IVA, IRS ou IRC empobrecendo uma parte da população e o próprio Pais alem de que também deixa esse comerciante de poder continuar a manter postos de trabalho.

Esta redação de projeto lei prejudica ainda os proprietários dos estabelecimentos pois provocará uma desvalorização automática do valor dos mesmos bem como das rendas às quais poderiam auferir pois negócios que não podem funcionar bem e em igualdade de direitos desvalorizam automaticamente e não podem pagar os valores das rendas cobrados atualmente ou custear o valor de venda desses estabelecimentos.

Existe ainda uma situação de injustiça que é a dos milhares de comerciantes do Concelho de Albufeira que fizeram investimentos avultados ao adquirir estabelecimentos por meio de compra, trespasse ou rendas com valores avultados e que ainda investiram no desenvolvimento do estabelecimento e aquisição de mercadorias de acordo com um determinado pressuposto de funcionalidade dos seus estabelecimentos a fim de auferirem ganhos e que subitamente sem possibilidade de voltar atrás ou serem indemnizados ao verem gorada essa expectativa por uma LEI que é o equivalente a estenderem-lhes o tapete para depois o puxar subitamente causando assim a sua queda.

5.



Peço aos Senhores que se lembrem de que esta minha opinião até é fundamentada pela Lei fundamental da Republica Portuguesa através de alguns dos artigos que compõem a nossa Constituição e que foram elaborados com o propósito de impedir que os direitos de uns sejam atropelados em benefício de outros ou por erro de quem nos governa, diz então a **Constituição da Republica Portuguesa** o seguinte nos artigos que se seguem:

Artigo 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem,

4.



Religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 18.º

(Força jurídica)

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.

Artigo 22.º

(Responsabilidade das entidades públicas)

O Estado e as demais entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem.

Artigo 241.º

(Poder regulamentar)

As autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio **nos limites da Constituição**, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar.

Assim peço a vossa atenção para a situação de, **a quem pode beneficiar esta LEI?** Aos comerciantes de restauração e similares que ficam protegidos pela lei, aparentemente não prejudica a não ser mais

4.



tarde e a breve trecho quando os outros colegas comerciantes começarem a encerrar os seus negócios por insolvência e assim ficarem com um número de clientes um pouco mais reduzido aos cidadãos do Concelho de Albufeira e turistas que nos visitam não será de certeza pois não irão andar mais á vontade pelas ruas pois estas irão estar sempre ocupadas pelas esplanadas dos restaurantes, bares e similares; além de que ficará o concelho mais pobre pelo encerramento destes estabelecimentos por via da perda da diversidade de oferta de produtos.

Á própria autarquia também não me parece pois esta também irá empobrecer por via da redução da receita pela ocupação da via pública e posteriormente a breve trecho pelo empobrecimento do concelho pelo mais que previsível encerramento de muitos estabelecimentos que não sejam de restauração e bebidas, com perda de receita de impostos gerados pela sua atividade comercial bem como dos postos de trabalho por estes gerados.

Assim não se compreende o teor deste projeto Lei que aparentemente não serve a ninguém e a muitos prejudica.

Desta forma de acordo com a Lei fundamental que é a Constituição da República Portuguesa e de acordo com o mais elementar bom senso e proteção da igualdade dos direitos de todos, venho pedir a

✓



alteração do texto no Artigo 14.º (critérios específicos para a instalação de expositores) para no ponto 1 - no que se refere á altura máxima dos expositores esta passar de 1,75M para os 2,00M por via de que existem expositores, vitrinas frigorificas e outros cujas medidas não são nem podem ser controladas ou pedidas á medida pelos comerciantes em exclusivo para o Concelho de Albufeira.

No ponto 2 – alínea C) alterar a medida de 1,50M para a mesma medida máxima proposta para os estabelecimentos de restauração, bares e similares ou seja até 8,00M transversalmente.

Tudo por uma questão de Igualdade e de Justiça.

José Paulo Soares Ribeiro

Portador do DU nº10463901

Contribuinte nº192626086

Cândido Reigado - Apresenta intervenção escrita (doc.2) e entrega abaixo-assinado (doc, anexo à acta). -----



Comissão Concelhia de Albufeira do Partido Comunista Português

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
 Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira
 Srs. Vereadores
 Srs. deputados municipais
 Caros munícipes

Seguindo a política do governo de Passos Coelho e Paulo Portas, a Câmara Municipal de Albufeira de maioria PSD impôs um brutal aumento do preço da factura da água à população do concelho. Trata-se do 2º aumento em pouco mais de um ano que penaliza sobretudo os trabalhadores e a população mais carenciada.

Para além do aumento de 20% de todas as tarifas de consumo de água, as taxas fixas têm aumentos colossais que no seu conjunto somam os 6,6€. Este é mais um roubo que se soma a outros aumentos impostos pelo governo PSD/CDS designadamente no preço da electricidade, nos bens alimentares (IVA), nas taxas moderadoras (saúde) ou nos transportes.

A C. C. de Albufeira do PCP fez as contas e concluiu que algumas das tarifas fixas tiveram aumentos de 450%. Subidas que no seu conjunto para a maioria da população significarão aumentos entre os 40% e os 60%. A título de exemplo, um agregado familiar que até ao momento tinha uma factura de 15€ passará a pagar mais de 24€. Na verdade, a Câmara Municipal de Albufeira, juntou-se à troika nacional e estrangeira, no roubo que estão a impor ao povo e ao país.

Confrontados com esta realidade a C.C do PCP promoveu um abaixo-assinado junto da população de todo o concelho recolhendo à volta de 2000 assinaturas que entregamos agora. Ao longo de várias semanas nos contactos que fomos promovendo junto das populações constatámos a profunda indignação da população que esta Assembleia tem de conhecer.

Para o PCP é inaceitável que perante um quadro social em contínuo agravamento que seja sobre os ombros dos trabalhadores, dos reformados, dos pequenos e médios empresários que recaia a factura dos cortes orçamentais às autarquias locais promovidos pelo governo, ou a quebra de receitas resultante do estóirio do sector imobiliário.

É hoje impossível esconder que com este agravamento dos preços há famílias que deixaram de ter condições de pagar a sua factura da água. Daqui, até ao corte do abastecimento com todas as consequências que daí advêm, é um pequeno passo conforme nos foi relatado nos vários contactos que fomos fazendo no concelho. E se este é o comportamento com os consumidores domésticos, outras dúvidas se levantam quando falamos das dívidas das empresas privadas, particularmente dos grandes hotéis que existem no nosso concelho. Sobre esta matéria, o PCP e a população do concelho exigem também esclarecimentos que não podem ser adiados.

O PCP não ignora que esta decisão não pode ser desligada dos objectivos de privatização de um bem público que é indispensável à vida conforme repetidamente, quer o actual, quer o anterior governo não se foram cansando de ir anunciando, designadamente por via da privatização da empresa Águas de Portugal.

Para o PCP é preciso dizer Basta! Perante a entrega deste abaixo-assinado só há um caminho que esta assembleia municipal poderá seguir: proceder à imediata revogação deste aumento brutal do preço da água.

Ou seja, em vez de penalizar as populações, reivindicar do poder central os recursos que são seus

4.



por direito.

Para o PCP o concelho de Albufeira e o país precisam de outra política que sirva os interesses dos trabalhadores e do povo. Há que ir buscar dinheiro aonde ele está – às grandes fortunas, aos lucros, à especulação financeira – e não aos bolsos do povo. Há que defender a actividade produtiva, os serviços públicos, os direitos de quem trabalha.

Em nome da C.C. de Albufeira do PCP reafirmo que não desistiremos, em nome dos direitos da população de Albufeira, em nome dos valores e dos ideais de Abril que ainda ontem celebramos, em nome do desenvolvimento, do progresso e da justiça social, continuaremos esta luta, porque ela é justa e necessária.

A Comissão Concelhia de Albufeira do PCP

Manuel Gregório Silva
Estanislau Pereira

[Signature]

[Signature]

Rui Sporellato
José Beltrão Silva

4.



Helena Dias - "Boa noite. Nós, antes de entrarmos para esta Assembleia, tivemos a informação da Vereadora Ana Pífaro, dizendo que em relação a este novo regulamento que está hoje em discussão, haverá um período de discussão, eventualmente, também, a criação de uma comissão para discutir este assunto. De qualquer maneira gostaria de salientar um ponto, que para nós penso que é fundamental, para além das situações que o Sr. Ribeiro apresentou. Era criar um espaço, que nós achamos ser pertinente, para além dos um e meio apresentado neste novo regulamento. Que essa metragem fosse alongada pelo menos para dois metros, dois metros e meio, já que os senhores pensam que os nove metros é o limite para restauração, como máximo. Nós gostaríamos que fosse alongado, pelo menos, para um metro e meio para além do proposto. Para além disso, gostávamos que fosse apresentado um regime de excepção, para situações muito pontuais, nomeadamente no Largo Eng. Duarte Pacheco, onde pensamos que existe espaço suficiente que permite uma maior área de ocupação. Não prejudica nem a passagem de peões, nem a passagem de alguns carros, como ambulâncias ou carros da polícia. Por isso, pensamos que, nessa zona, seria necessário aumentar um bocadinho essa zona de expositores, assim como nas zonas onde existem dois estabelecimentos de restauração, de um lado e de outro, e aí as lojas ficam completamente bloqueadas, não têm visibilidade nenhuma em relação aos estabelecimentos de restauração. É tudo. Obrigada." -----

Marina Poupá - "Boa noite. Trago aqui dois ou três pontos. Antes de mais, eu sou representante de pais e encarregados de educação da turma da minha filha, que é o 9ºA da ESA. E nós temo-nos deparado, já há dois, três anos, com dificuldades com a Câmara em termos de subsídios de transporte escolar para deslocação a excursões, muitas delas bastante educativas. Recentemente, quando fui recrutada para uma acção de formação que vou frequentar, na Bússola, ouvi uma mãe, cuja filha frequenta a Academia de Dança, dizer que se juntaram noventa pais da Academia de Dança e até ameaçaram a Câmara que traziam cá as equipas da televisão para mostrar que Albufeira não era o que é, e só assim conseguiram o Auditório Municipal, para uma audição da Academia de Dança. O nome da mãe não sei, mas sei o nome da filha, se quiserem eu pronuncio-o. A filha até é afilhada do Francis Obikwelu. Foi o que a mãe referiu. Eu como representante de pais e encarregados de educação, sinto-me lesada. A minha filha soube disso e disse: "*se for preciso, juntamo-nos todos, pais também, e trazemos cá a televisão. Já que é este o meio, fazêmo-lo.*" Espero que não seja preciso porque muitos deles tinham coisas bastante necessárias programadas, precisavam bastante da Câmara, como por exemplo idas ao Parlamento que iria ser bastante útil para eles, de valor educativo, que não se realizou porque a Câmara, à última hora, desculpem a expressão "cortou-se" quanto ao transporte. Eu acho que, cada um sabe si e Deus sabe de todos, mas os pais andarem a divulgar que "*dissemos que levávamos lá a televisão e a Câmara cedeu*" é de muito mau tom. Tanto de uma parte como de outra. E, por portas e travessa, já sei que é verdade. Foi recusado pela Vereadora Marlene e o Sr. Presidente da Câmara subscreveu essa actividade no Auditório. Outra: eu como munícipe disfruto do apoio ao arrendamento que vós, e agradeço, me concedeis.



Recentemente, quando fui fazer a actualização, informaram-me que o apoio máximo, que era de cinco anos, passou para três anos. O que me vai penalizar imenso. Estou desempregada, o meu marido também. O rendimento dele é inferior à renda da casa. Daqui a dois meses vou ficar sem esse apoio e estou literalmente à beira da miséria. Não conseguimos arranjar trabalho. O que é que eu vou dar de comer à minha filha? Se ficar sem casa, onde vou viver? Não tenho família que me ajude. Não tenho nada, nem ninguém! Estou farta de procurar tudo. Já conheci cinco famílias que se ausentaram de Albufeira para o Norte e para Inglaterra. Uma das quais tirou a colega da minha filha ao meio escolar e mudou-se para Inglaterra. É isso que vocês querem para Albufeira? Penso que não. Não sei porque permitem que as pessoas se inscrevam para o apoio ao arrendamento e reduziram o apoio máximo de cinco para três anos. As pessoas estavam a contar com uma coisa, está bem que, "não se deve contar com o "ovo no cu da galinha", cada um deve tentar se desenrascar e ser independente. Eu tenho tentado e sabem que eu sou dinâmica. Os hotéis todos estão a dizer que precisam é de clientes e não de empregados. Estou farta de procurar trabalho e o meu marido também e não conseguimos trabalhar, e essa ajuda era-nos crucial. Do que vamos viver quando formos despejados? A minha senhoria já nos ameaçou. A Câmara tem casa para nos dar? Não me parece. Se assim for, eu agradeço imenso. E outra coisa. Vão privatizar a água para ser brutal a inflação que estão a impor-nos? Não sei se vai ser o melhor caminho. Eu, recentemente, no meu facebook recebi uma notícia que, realmente, não sei se ainda existe. Porque é que falam tanto no FMI e as políticas de austeridade que têm sido impostas à Comunidade Europeia e ninguém até hoje se pronunciou sobre o contraciclo que a Islândia fez ao FMI, desautorizou o FMI. Porque é que ninguém fez isso? Que autoridade tem o FMI para fazer mal a famílias inteiras, como está a fazer a mim e a toda a gente. Se vós vos sentis mal também com o que o FMI vos está a impor, porque também é o vosso posto de trabalho, a vossa vida que está em causa, porque é que não fazem o mesmo que a Islândia. Já que somos todos iguais, estamos todos na linha da Europa, esconderam o que se passou na Islândia. Isso era muito interessante falar. Hoje em dia a Islândia conseguiu reerguer-se." -----

Vitor Santos - O assunto é a ocupação da via pública pelos estabelecimentos comerciais. Eu defendo a alteração do artigo 14º deste regulamento que está em discussão. Partindo do princípio que aquilo que os comerciantes ocupam hoje em dia não colide com o que está no regulamento, se mantenha e que seja retirado esse metro e meio de largura dos estabelecimentos e passe para dois metros. Na medida em que há muitas zonas da cidade em que há condições para ter dois metros, mais, outro tipo de ocupação comercial com muito mais metros. Portanto, esse artigo deveria ser rectificado. Devia defender-se a ocupação na globalidade de Albufeira e não tentando pôr uma medida exacta, até porque há situações em que a rua tem um número de metros e outra tem muito menos. Até agora as coisas têm corrido normalmente bem, se há alguma excepção, pode ser corrigida. Limitar a um metro e meio acho que é desnecessário, pode trazer, no futuro, problemas para as pessoas. Proponho que, se mantenha para quem tem há dezenas de anos a ocupação da via pública, sem nunca ter



sido proibido com um regulamento essa ocupação e que saia daí essa medida e que se ponha no mínimo até dois metros, porque há situações em que isso pode acontecer. Há uma coisa nesse regulamento que tem de ser levado em conta, que é: é visível que na Av. da Liberdade e na Av. 25 de Abril, as esplanadas vão fazer com que uma determinada loja fique muito para trás da linha onde passam as pessoas. Acho que deve ser olhado no sentido de não prejudicar as pessoas porque toda a gente sabe que as compras em Albufeira são impulsivas, ninguém aqui vai a uma loja comprar qualquer coisa, compram quando passam pela rua, e é por isso que Albufeira tem a densidade que tem na baixa e é por isso que nós fazemos este tipo de venda e é por isso que é uma zona turística. Acho que deve ser levado em consideração dois pontos: as ruas em si e a Associação de Comerciantes. Não existem lojas clássicas no centro de Albufeira porque as pessoas não as procuram, porque se essas lojas não tiverem uma exposição no exterior passam despercebidas. Portanto, a alteração do artigo 14º, não limitar a 1,5m, mas sim a 2m, ou coisa parecida, e manter os que já ocupam sem colidir com esse regulamento, essa situação. Obrigado." -----

Presidente da Assembleia - "Estou a ver que há aqui muito interesse sobre essa questão da ocupação da via pública. E já depois de termos feito a convocatória desta Assembleia, chegou-nos a informação de que há uma intenção do Governo de alterar o D.L. n.º48/2011 que supostamente deveria entrar em vigor agora a 2 de Maio de 2012, e que irá, talvez ainda sujeito a alterações, passar para Maio de 2013. Tal significa que, à partida, o que a Assembleia iria decidir hoje, seria extemporâneo, com o Licenciamento Zero a só entrar em vigor, portanto, em Maio de 2012. Não fará muito sentido, nós estarmos a colocar em vigor um regulamento adequado a uma nova legislação que ainda não está em vigor. Quando isto veio hoje à Assembleia, veio na condição de que iria entrar em vigor de imediato, porque a Lei também entraria em vigor no dia 2 de Maio. Só que isso não sucederá com a Lei. Portanto, nós, à partida, pelo menos a bancada do PSD está a pensar, tanto quanto eu sei, retirar hoje esse ponto da ordem de trabalhos para comissão e dará aos comerciantes, à partida, uma folga este ano, mantendo-se o regime que existe actualmente e em comissão, iremos acompanhar a evolução da legislação que irá acontecendo e que nós, seguramente, iremos acompanhando o melhor que pudermos. Só para dar este esclarecimento, porque esse ponto é o ponto décimo terceiro e até veio com urgência porque se pressupunha que isto iria entrar em vigor já agora, mas não. Deixo este esclarecimento porque já ouvi três intervenções neste sentido. Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Coelho." ---
Carlos Alberto Coelho - Apresenta intervenção escrita (doc.3). -----



Carlos Alberto Coelho

Residente em Olhos D' Água

Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira e srs deputados.

Interpelação ao senhor presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, e srs deputados:

Agregação de Freguesias, Proposta da Lei nº 44/XII, do Governo

Penso que como eu, os senhores deputados e presidente desta Assembleia Municipal, não estão de acordo com esta Proposta de Lei, que obriga o desaparecimento de Juntas de Freguesia.

Esta lei só faz sentido nos grandes centros urbanos como Lisboa, Porto etc. Por outro lado, a não haver alternativa, penso que as Juntas que devem de ser agregadas, serão as de sede do Concelho, uma vez que existe ali a Câmara Municipal.

No nosso caso concreto, ou seja no Concelho de Albufeira, segundo os critérios actuais, que passou dos 35% para 20% de agregação de freguesias, será uma única a ser agregada. Neste caso, porque não a de Albufeira?!

Sei que analisando politicamente, é mais fácil chutar esta decisão para o poder central, assoblando para o lado, do que correr o risco de debater e decidir em Assembleia Municipal. Mas se os senhores e senhoras, quiseram livremente serem eleitos para defender e representar os interesses do povo e do Concelho, só vos resta assumir a decisão a tomar com honestidade e seriedade.

Também é um facto, quem já não pode se recandidatar novamente por imperativo da Lei, pela Junta de Freguesia que representa, olhar esta oportunidade de união de freguesias, para o poder fazer. Mas penso que seria um acto de egoísmo e não de lealdade para com o Concelho e com a população.

Pelo que entendo da proposta de Lei 44/XII, o seu Artº 3º no nº 2, no Concelho de Albufeira, a Freguesia com menos possibilidades de se manter é a das Ferreiras. Esta apenas reúne as condições em termos populacionais.

A Freguesia dos Olhos de Água, tem todas as condições exigidas na Proposta de Lei; cerca de 3070 eleitores, cerca de 5000 residentes permanentes, 26 hotéis e apart-hotéis, 24 aldeamentos turísticos licenciados.

A terem que optar pela agregação de uma Freguesia, em minha opinião, seria primeiro a de Albufeira, ser agregada a uma Freguesia próxima. A optar por outra Freguesia, seria a das Ferreiras, ser agregada a Paderne, uma vez que são muito próximas e existem entre elas complementaridade dos requisitos da supracitada Lei.

Mantenho no entanto, a convicção de que as Freguesias fora da sede de Concelho, estão mais próximas da população e fazem um melhor serviço, servindo cabalmente com mais eficiência, os interesses dos jovens, idosos e população geral, a nível local.

Espero que o senhor presidente da Assembleia Municipal, dê cumprimento ao Artº 10º "Pronúncia de assembleia municipal" da referida Proposta de Lei 44/XII.

Albufeira 26 de Abril de 2012

4



Fernando Neves - "Sr. Presidente. Não vou ocupar os cinco minutos concedidos à audiência. Vou colocar uma simples pergunta: existem munícipes no concelho de Albufeira ou hotéis que tenham dívidas à autarquia em relação ao pagamento da factura da água? Se existem, qual o seu valor? Qual a importância dessa dívida? É tudo." -----

Firmino Martins - "A todos os senhores e senhoras presentes nesta Assembleia, muito boa noite. Identidade: Firmino Martins, residente nos Olhos d'Água, mas proprietário de uma pequena propriedade situada no sítio Alfarrobeira, freguesia de Ferreiras. Para manter vivo o que os meus pais me deixaram, a 9-7-2004 fiz um pedido ao município, no sentido de que fosse feita a ligação à rede de abastecimento de água. O processo foi organizado e, conseqüentemente, apresentado o valor de trezentos e dezasseis euros e trinta cêntimos, na tesouraria do município, a 18-1-2005. Tudo isto já depois de ter todos os requisitos que me foram exigidos. Os anos foram decorrendo sem que nada tivesse sido feito. Depois, passei a dirigir-me, por escrito, ao Sr. Presidente do município e qual não foi o meu espanto quando me foi informado de que faltava uma autorização do proprietário do terreno onde o contador ficaria instalado. Bizarro não é? Então se entreguei uma fotocópia igual a esta que aqui posso exhibir, da herança que me foi feita, não se compreenderá, imediatamente, o contador ficará instalado no meu terreno?! Isso é falso, todos os argumentos que dizem estar em falta à autorização. Lamento profundamente esta situação e posso afirmar com toda a verdade que vos desejo que passamos a viver numa ditadura. E sou comunista. Tenho dito (doc.4)." -----



O Presidente
 não conhece a
 situação e por
 esse facto não sabe
 do que fala
 o comitê jurídico
 entre por dentro do
 meu terreno e por
 esse facto não se pode
 com qualquer visível
 como se diz
 Carlos Domingues

5.

Carlos Domingues - "Boa noite. O que me trás aqui é o espaço público. Percebi as suas palavras, que há pouco referiu, de que aplicar-se-á a legislação anterior. Também queria deixar aqui a minha opinião. Ainda bem que existe um regulamento que vai disciplinar o espaço público. Nós todos estamos de acordo com essa regulamentação. Acontece é que, parece que, numa altura destas, o documento é inoportuno. É inoportuno porque muitas das compras e a contratação de pessoal, já foi feita. E numa altura destas em que estamos ainda sem saber o que se faz ou o que é que se vai passar, penso que vem numa altura bastante má. De qualquer maneira, não me parece que as medidas que aqui são descritas seja dos comerciantes, também não prejudicam a população em geral. Pelo que, fico a aguardar por um próximo esclarecimento da parte da autarquia, para que aquando da preparação da próxima época estarmos precavidos." -----



Luís Alexandre - "Boa noite. Saúdo todos os presentes, em particular o Sr. Presidente da Câmara. Finalmente está presente numa reunião pública. Não o faz há uma dúzia de sessões públicas de Câmara Municipal. Saúdo que não tenha tido nenhuma reunião nocturna com um Secretário de Estado, nem férias. Que é exactamente a desculpa que aparece em todas as reuniões públicas de Câmara Municipal. Espero que esteja a ser gravado. Fica, mais uma vez, o meu protesto. Tenho dois assuntos para abordar. O primeiro continua a ser o regulamento de ocupação da via pública, na qualidade de Presidente da Acosal. Uma associação prescrita pela Câmara Municipal, que não é ouvida, não é chamada, mas teve um papel importante, está a ter um papel importante, e que levou a sessão pública da Câmara, a última, comerciantes e trouxe-os hoje aqui para reafirmarem a sua opinião, de que, efectivamente, o documento que a Câmara Municipal elaborou não está de acordo com aquilo que nós entendemos que é justo. Portanto, todas as afirmações que aqui foram feitas, apesar de haver agora uma clarência a ser pronunciada no decorrer desta Assembleia, não foram lidas as nossas opiniões. Nós achamos que existe um passado de não conflitualidade entre comerciantes e Câmara Municipal. Achamos que houve uma relação positiva na utilização do espaço público, e que se há abusos que levaram a Câmara a agir mas, efectivamente, não prejudique alguns direitos e algumas necessidades, digamos assim, que os comerciantes têm para continuar a sobreviver e pagar áreas altamente inflacionadas. A política seguida ultimamente por este concelho, inflacionou tudo o que são negócios e nós estamos a pagar isso, desde a água, à ocupação da via pública, à luz, todos os outros impostos que a Câmara Municipal tem aumentado e o próprio Estado Central. Continua a ser uma dificuldade enorme fazer contas. As nossas rendas, os nossos rendimentos, têm baixado consideravelmente e, como tal, nós não podemos ser vítimas da má política, da má gestão, camarária. Se a Câmara deve 86 milhões de euros é da sua exclusiva responsabilidade. Não pode é pensar que vai ter de ressarcir-se, digamos assim, à custa do funcionamento dos estabelecimentos comerciais e dos empresários do concelho. Este é o primeiro ponto. O segundo é, de facto, um assunto bastante polémico. Saiu hoje publicado no jornal. Trata-se da angariação de forma brusca feita nas ruas relativamente aos estabelecimentos de restauração e bebidas. Não é aceitável que, efectivamente, a Câmara Municipal conhecendo situações do passado relativamente a este problema, onde já houve conflitualidade acesa que foi para além das palavras, até já passou aos actos e já tem alguns anos. Eu já sou presidente da Acosal há quatro anos e meio, já conheço esta conflitualidade desde trás. Lamento que, efectivamente, a Câmara Municipal, tendo tomado conhecimento destes problemas, tenha feito orelhas moucas. Questionado pelo jornal, o Sr. Vice-Presidente, viu-se obrigado a fazer uma declaração, porque é preciso, de facto, lamentar a situação. Vem tarde, muito tarde! Deixou que os problemas se desenvolvessem, ao ponto de chegarmos a situações de irregularidades, que não são aceitáveis, num concelho com a imagem e a importância que Albufeira tem. Não me vou alongar mais, mas é importante deixar estas palavras. Os comerciantes têm trabalhado em condições éticas, e respeitam-se uns aos outros. Se tiverem confrontos nos



negócios será pelo seu esforço e pelo trabalho da sua casa e pela qualidade da sua oferta, não necessariamente por trabalho ilegal, por trabalho que não está regulamentado, sobre o qual a Câmara Municipal tem obrigação de intervir e não interveio até agora. Eu tenho conhecimento de agressões e factos de ofensas públicas, e isto não pode continuar. Estes factos já têm mais de três anos e, recentemente, um grupo de pessoas do Cais Herculano que, efectivamente, não se revêem nem na AREST nem na ACRAL, nem sequer estão aqui os Presidentes, mas estou eu, Presidente da ACOSAL. Estes comerciantes são sócios nossos, estou aqui para os defender e para exigir que a Câmara Municipal tenha em consideração este problema e do regulamento e tome uma atitude séria sobre esta matéria, que é uma questão não só de ética mas de imagem e sobretudo de autoridade por parte da Câmara Municipal. Obrigado." -----

Presidente da Assembleia - "Eu fui questionado directamente pelo Sr. Carlos Alberto Coelho, sobre a questão da agregação das freguesias. Isto já teve várias etapas evolutivas. Começámos por um memorando de entendimento, em que ficou consignado, expressamente, face ao número de autarquias do país, a obrigação de as reduzir, e a expressão qualificativa utilizada foi "*significativamente*". Sabe-se lá o que isto quer dizer, mas "*significativamente*" todos nós temos uma ideia do que é o conceito da palavra "*significativamente*". Depois, na sequência, sai o "Documento Verde da Administração Local" onde vinha uma série de parâmetros, critérios. A Assembleia Municipal de Albufeira, pronunciou-se no prazo que lhe foi estipulado, fê-lo em Janeiro; era o prazo que nós tínhamos como estabelecido, e fizemo-lo. Fizemo-lo, na defesa da manutenção das nossas freguesias. O pensamento, entretanto, evoluiu e surge esse Decreto, não sei se já tem a última versão se não. A primeira versão trazia outros critérios diferentes e segundo o qual não haveria mexida nos concelhos onde houvessem apenas três freguesias, mesmo que os parâmetros de agregação dessem menos. Nesses não haveria necessidade de mexer. Ouve uma evolução entretanto, e esse conceito já passou para o mínimo de quatro freguesias. Isto é recente e até ao final, não saberemos o que irá acontecer, mas para já o que temos em mão é isto. Quanto ao que eu vou fazer, eu Presidente da Assembleia Municipal, é muito simples. Estou atento àquilo que se vai passando ao nível do pensamento legislativo; vamos ver se esta última proposta de lei será aquela que virá a ser aprovada. Não sei se já foi, se não. Não tenho ainda a notícia, de se já terá sido ou não aprovada. E vou ter, eu, de convocar uma Assembleia, no prazo de noventa dias, a contar da entrada em vigor da lei, para efectuar aquilo que é a pronúncia da Assembleia Municipal. E todas as Assembleias de Freguesia vão ter, entretanto, é o que vem nesta proposta de lei que eu li, que emitir um parecer sobre esta reforma autárquica. Portanto, o que irei fazer é muito simples. Irei cumprir aquilo que me é ditado pela lei. Concorde ou não concorde com ela, vou ter de o fazer. Porque se não o fizer, nós podemos ser ainda mais prejudicados. E aí poderá haver um prejuízo de cerca de 20%. E mais, não teremos seguramente o benefício de usar a regra de excepção de manter quatro freguesias. Porque esta regra de quatro, no mínimo, funciona como uma regra de excepção. Ou seja, só por deliberação da Assembleia Municipal, no respeito dos parâmetros dados



pela Lei é que essa deliberação será atendida. Se nós fizermos uma deliberação muito bonita, a dizer aquilo que nós queremos, não quer dizer que não justifiquemos, não façamos as declarações que quisermos a acompanhar a pronúncia, mas a pronúncia vai ter que ser feita sempre no respeito daquilo que a Lei disser, para não sermos prejudicados. Porque se não o fizermos, seremos seguramente prejudicados! Portanto, é estarmos todos com atenção, nós na Assembleia, qualquer Membro da Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta, os Membros das Assembleias de Freguesia. Devemos estar todos com atenção porque vamos ter prazos para cumprir. Eu vou ter também imensa atenção, irei dando conhecimento daquilo que sei, eu não gosto de guardar o conhecimento só para mim, o pouco que sei gosto de transmitir, abertamente. Portanto, dada a sua questão, esta é a resposta que tenho para lhe dar. É que iremos cumprir, democraticamente iremos ouvir todas as Assembleias de Freguesia e a população, claro, naturalmente, é por isso que as Assembleias Municipais são públicas, é por isso que eu tenho mandado abrir a porta quando ma fecham. Esta Assembleia é pública e as Assembleias públicas fazem-se de porta aberta. Portanto, este é o trabalho que irei fazer nas minhas funções! Obrigado! O Sr. Presidente da Câmara, provavelmente, também quererá dar alguns esclarecimentos, visto ter sido questionada a Câmara." -----

Presidente da Câmara - "Boa noite. Eu queria juntar aqui o José Ribeiro, Helena Dias, Vítor Santos e Carlos Domingues. Já foi explicado que todo este processo evoluiu, tendo em conta a possibilidade daquilo que é o "Licenciamento Zero" só entrar em vigor daqui a um ano. Portanto, penso que há todas as condições para que depois no final da época, com todo o tempo, com a comissão que o Presidente da Assembleia irá juntar e, obviamente, ouvindo as associações representativas, como o fez desta vez. Penso que isso é um assunto, que ainda há algum tempo, algum espaço, não sendo só para passar. Nós sentimos que há necessidade de regulamentação e também percebemos que, com este tempo, é mais fácil percebermos algumas situações mais específicas e de alguma equidade, porque não é nossa intenção, aliás, nenhum de nós, tanto quanto eu sei, tem uma vocação muito grande para estar a defender esta ou aquela parte. Há aqui uma disponibilidade e uma vontade enorme de encontrar soluções, de encontrar equilíbrios. Portanto, eu acho que, havendo este tempo e esta alteração, conjuntamente com a Assembleia Municipal, penso que todos aqueles que agora se pronunciaram, poderão dar uma achega, quer em termos de instituições quer em termos individuais. Em relação ao Sr. Cândido Reigado, no fundo é uma moção que vem na linha daquelas que o Partido Comunista tem apresentado e que em muitas situações nós procuraremos enquadrar, naquilo que for possível, em relação àquilo que é a função do município. Em relação à D^a. Marina. Há aqui três questões que eu queria aqui esclarecer, porque, às vezes, não estando a trabalhar, também tem, infelizmente, que ouvir certas coisas. E nem tudo o que se houve bate certo. Faz parte da nossa vivência. Em relação aos transportes escolares e às visitas de estudo. Como esses e como outras que nós já deixamos de ceder, porque tem a ver com aquilo que é estritamente necessário. Portanto, é natural que tenha havido aí uma ou outra situação nesse contexto. Agora, há questões



prioritárias em relação aos alunos. É a questão da alimentação. É a questão dos transportes escolares. E é aquilo que tem de ser no sentido de cumprir aquilo que é a nossa sensibilidade e aquilo que é a legislação. Em termos de educação, penso que a Câmara Municipal de Albufeira tem dado respostas e tem sido referência, não só no Algarve, como no país. Em relação ao Auditório Municipal. Minha amiga, quero dizer que, fui eu que assumi o Auditório. Mas não foi por ter medo dos pais nem das mães. Eu entendi que, face àquilo que era necessário apresentar, eu próprio assumi como assumia outro espectáculo. Porque entendi que era necessário! A questão das televisões e isso tudo, eu não tenho problemas em falar para as televisões. Não foi por aí! Nem por vir oitenta ou noventa. Eu apenas falei com um pai e uma mãe, que me colocaram a questão e eu entendi que, depois do trabalho e do esforço, aqueles alunos tivessem a oportunidade de ali fazer a sua actuação. Foi só por isso, não foi por mais nada. Não há chantagem, porque quem me conhece sabe que não vou em chantagem. Em relação ao apoio ao arrendamento. Quero dizer que o apoio ao arrendamento que a Câmara Municipal pratica, é com dinheiro de todos nós, que pagamos os nossos impostos. Portanto, tem de haver um rigor cada vez mais absoluto, entre aqueles que precisam da casa e aqueles que não precisam. A questão dos cinco anos, era um período muito longo, porque em cinco anos as coisas mudam muito, para o bem e para o mal. Aqueles que ao fim de três anos continuarem a ter as necessidades e o apoio, continuarão também a ter o apoio da Câmara. Mas aqueles que não tiverem necessidade, têm de sair do processo para que entrem outros com necessidade. Este é o nosso processo, não há outro. Transparente e claro. E quando houver alguma situação que nós identificamos que seja uma situação que não é respeitável e que está a brincar com aquilo que é o dinheiro de todos nós para pagar aqueles que muitas vezes não querem fazer nada só para viver numa casa da Câmara, tem que acabar. Seja aqui ou em qualquer lado. Portanto, nós vamos ser rigorosos nesse aspecto. Não basta, um dia vir dar palmadinhas nas costas, dizer que somos uns "gajos porreiros" e, noutro dia, criticar só por uma razão ou outra. Eu prefiro dar subsídio de arrendamento e alimentação nas escolas, do que dar transportes para visitas de estudo. Porque, esses são importantes mas não são prioritários no momento actual. Esta tem de ser uma abordagem de, quando dá para fazer, nós fazemos, mas quando não dá, tem que haver prioridades. E o que nós estamos a fazer são prioridades que nós entendemos como necessárias. Que fique muito bem referenciado! Sobre a questão do Sr. Fernando Neves. A Câmara Municipal tem uma dívida de hotéis e particulares acima de quatro milhões de euros. Temos acordos de pagamentos com quase todas as pessoas e hotéis. Neste momento estamos a cobrar desses acordos, por volta dos cento e cinquenta mil euros por semana. Nem sempre é fácil cortar a água aos hotéis quando eles têm dezenas, centenas de trabalhadores. E esses trabalhadores, como vocês sabem, com a situação actual, são pressionados, e é muito complicado por em risco esses trabalhadores. Nos particulares, o que nós fazemos e temos feito, é verificar a situação individual de cada família, as questões sociais, as questões do desemprego. Ou seja, procuramos ser justos em relação a cada agregado familiar e quando verificamos



que, não pagando a água mas que têm condições para o fazer têm atitudes que, no fundo, não pagam a água mas fazem outros gastos, então aí, nós temos de ser mais exigentes de maneira que não tenhamos todos de pagar o que é dos outros. É muito fácil não pagar a água, mas é fácil gastar esse dinheiro todos os dias no pequeno-almoço, no restaurante, aqui e ali. Tem que haver justiça! E nós procuramos fazer essa justiça. Em relação ao Sr. Firmino Martins, vou dizer aqui o que já disse, salvo o erro, há quatro anos. O que se passa é o seguinte: para ligar a água o Sr. Firmino tem de passar tubagem por um terreno particular; teria que ter um acordo do vizinho, que não tem; ou disponibilizar-se para pagar dez vezes mais porque a tubagem iria passar por um caminho particular com uma distância muito maior. Esta é a informação que eu tenho aqui do Sr. Vereador. Não tenho aqui outra. Este é o ponto da situação." -----

Firmino Martins (interrompe) - "Não passa por vizinho nenhum! É falso." -----

Presidente da Câmara - "Portanto, esta é a informação que eu tenho. Em relação ao Sr. Luís Alexandre. Quem me conhece sabe que eu não preciso de esconder, se vou a Lisboa, ao Porto ou a outro sítio qualquer. Quando vou, vou ao serviço do município. Tenho duzentos e tal dias de férias para gozar, não os tenho gozado. Todos os dias vou para a Câmara às oito da manhã e saí de lá às tantas. Tenho uma lista de espera de três pessoas. Reúno sempre com toda a gente na Câmara. Portanto, como deve calcular, não tenho nenhum receio dessas informações, de não dar a cara. Eu dou a cara, sempre, em todo o lado. A maior parte das pessoas que aqui estão sabem. Para falar comigo, é a coisa mais fácil desta vida. É isto que eu vos queria dizer, meus amigos." ---
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Francisco Calhau - "Eu tenho duas questões para expor à Assembleia, vou tentar fazê-lo da forma mais breve possível. A primeira tem a ver com a questão da energia, mais concretamente das energias renováveis e da sua exploração. Não terá havido preocupação no passado, e claro que não fazia sentido à maior parte das pessoas na altura, mas de qualquer maneira, no futuro, teremos de pensar na exploração da energia de forma diferente. Ao levantar aqui esta questão, o que me preocupa, fundamentalmente, são os parques de energia alternativa que começam a ser licenciados em todo o país, à escala da minigeração, constatando que, actualmente, já temos instalado um desses parques no nosso concelho. Tanto quanto eu sei, as empresas que se propõem explorar energia quer pela instalação de painéis fotovoltaicos quer pela de aerogeradores, pertencem ao sector privado. Os terrenos são, também, terrenos privados. A empresa que recebe e compra a energia produzida nesses parques foi recentemente privatizada, fornecendo energia à escala nacional. Falo naturalmente da EDP. A empresa que assegura o transporte dessa energia produzida e da sua



distribuição à escala nacional vai também ser privatizada em breve. Refiro-me à REN. E portanto, em conclusão, estamos perante a exploração de fontes de energia, no nosso concelho, por entidades privadas e para fins de lucro privados. Acontece que no caso do parque em questão, em que foram instalados milhares de módulos de painéis fotovoltaicos com capacidade total de 6 a 7 MW, foi necessária uma área de implantação de mais de 15 ha de terreno plano, com boa exposição solar. Ou seja, poderão estar ou vir a ser utilizados para estes fins, alguns dos nossos melhores terrenos agrícolas. Faço aqui esta chamada de atenção. Trata-se de uma questão nova, quanto ao uso do solo, que não se passa só no nosso concelho. Convém sublinhar que a energia, enquanto recurso, vai continuar a ser encarada como uma questão estratégica, nos próximos anos, dada a dependência dos combustíveis fósseis que se vai continuar a verificar a nível mundial. Prevê-se que, nos próximos vinte anos, as fontes de energia fóssil, poderão ter um aumento de custo na ordem dos 20% a 50%. A exploração dessa energia fóssil não está posta em causa, mas o que se está a passar é que há um aumento significativo de consumo de países como a China e a Índia, mantendo uma pressão permanente sobre os custos do petróleo. Significa isto que as energias alternativas, nas suas diferentes formas de exploração e designadamente na solar, na fotovoltaica e na eólica irão ter um grande incremento, dada a sua significativa contribuição para a redução da dependência externa. E este é, naturalmente, o caso de Portugal. Se nós olharmos à escala concelhia e pensarmos que daqui a dez anos podemos estar a consumir energia, no nosso concelho, utilizando essas fontes de energia, sendo o próprio município que a explora e disponibiliza aos seus residentes, como já se processa em países mais desenvolvidos que o nosso, então, para que isso possa vir a acontecer, e é desejável que aconteça, teremos que pensar que se trata de uma questão que deve ser equacionada a nível de ordenamento do nosso território concelhio. É uma questão de futuro e que, tal como a gestão dos recursos hídricos, é passível de gerar receitas para o próprio município através da exploração de energia e da sua venda aos munícipes. Agora se não houver regulamentação, daqui a dez anos serão grandes grupos económicos que a explorarão, nos nossos terrenos, sem que haja qualquer tipo de vantagem para os munícipes e município. Neste momento, tanto quanto eu me apercebo, é a Direcção Geral de Energia que faz essa disponibilização das licenças de exploração de energia por todo o país, e tanto quanto eu sei, os municípios apenas são consultados, mas não ao nível da Assembleia Municipal. Aí, a minha preocupação também, tem não só a ver com uma questão estratégica para o município, e é o próprio município que deve estar interessado em regulamentar a forma como se exploram estes recursos energéticos alternativos no seu território, mas também com a questão da utilização do uso do solo em terrenos de grande propensão agrícola e que, deste modo, passam a ter um tipo de exploração totalmente diferente, quanto à efectiva utilização do solo nesses terrenos, sem que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre isso, sem que o município, através do seu executivo, possa ter uma actuação efectiva de dar um parecer vinculativo. Esta era a primeira questão que eu gostava de deixar aqui. Em conclusão, tem a ver com a sensibilização para aquilo que vai



acontecer no futuro e sobre o que, entendo, que devemos ter uma palavra a dizer. A outra questão, é uma questão local, muito breve, e que eu gostaria de levantar aqui. Sinto que, provavelmente, o facto de levantar aqui essa questão, poderá auxiliar na sua mais rápida resolução. Tem a ver com o acesso local a uma pequena aldeia da freguesia de Paderne, a Aldeia dos Matos. Esse acesso público à aldeia é a única estrada existente e entrou em colapso há dois anos, com as chuvas então verificadas. E para efectuar a sua reparação vai ser necessário entrar em terreno privado para consolidar o muro de suporte existente no mesmo e que desmoronou. É este muro que suporta a estrada. Gostaria de realçar aqui os esforços que têm sido feitos, quer pelo Sr. Vereador Carlos Quintino que é o responsável por esse pelouro, quer pelo Sr. Presidente da Junta de Paderne, que têm tentado resolver o problema. É uma questão sensível, que implica entrar numa propriedade privada. Mas, pelos vistos, não tem sido possível contactar o proprietário, de nacionalidade estrangeira e residente no seu país de origem. Como fui informado de que o proprietário do terreno em causa já foi notificado por parte da Câmara Municipal, não havendo até ao momento qualquer resposta, e não tendo quaisquer dúvidas que estamos perante um problema de segurança pública, dado o estado deplorável e o risco para as pessoas e veículos que diariamente ali passam, penso que esta Assembleia, através do agendamento deste assunto para a ordem de trabalhos de uma futura reunião, poderia declarar o interesse público da reparação do muro de sustentação da estrada, dado não só o risco de colapso da estrada, como também a permanente questão de falta de segurança pública que se verifica. Gostaria de sensibilizar a Assembleia para essa questão. Obrigado por me terem ouvido." -----

Carlos Lima - "Tenho pena que os comerciantes, a maior parte deles, tenham ido embora. E como parece que o ponto 13º vai ser retirado, eu acho que era altura para dizer alguma coisa sobre isso. Primeiro era perguntar ao Sr. Presidente, se a comissão que foi nomeada para estudar o Regulamento de Ocupação da Via pública, se funcionou ou não? Segundo, era para levantar algumas questões sobre o Licenciamento Zero. Porque, ou sou eu que não consigo ler isto, ou não vejo da maneira que toda a gente vê. Eu acho que o regulamento zero não limita nada. Eu acho que o regulamento zero obriga esta Câmara e a Assembleia a aprovarem o regulamento. O regulamento é da exclusiva responsabilidade desta Assembleia. E acho que no Licenciamento Zero não há nada que defina, antes pelo contrário, quais são os critérios de ocupação da via pública. Só são de utilizar se não houver regulamento. É esta a leitura que eu faço! Se calhar estou a ler mal. Gostava que algum licenciado em Direito lesse isto com atenção para ver se é verdade ou não. Diz no n.º1 do art.11º: *"Para os efeitos referidos no número anterior, compete aos municípios a definição dos critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público..."* e depois diz: *"No caso de o município não definir os critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público..."* é que se vai para o anexo IV do Licenciamento Zero. Portanto, eu acho que isto é uma falsa questão. Como se costuma agora dizer "com a barriga para a frente para daqui a um ano", eu acho que devemos definir agora o que é que queremos para Albufeira em relação à ocupação do espaço



público. Eu estou à vontade para falar nisso porque sou defensor do espaço público para ser usufruído pelas pessoas. Mas acho que se tem de compatibilizar esse espaço público com o comércio, porque esta Albufeira vive do turismo. E desde que não sejam atropelados e ultrapassados os direitos das pessoas, acho que se deve conseguir o máximo possível para este concelho funcionar. E quando se diz que, só se pode pôr um expositor, eu acho que estamos a brincar. Esta terra não vive só com um expositor na maior parte dos estabelecimentos. Esta terra, se se cumprir o que está previsto neste regulamento, acaba com metade das esplanadas. O que este regulamento prevê é que, tem de se deixar 1,5m do lancil para a esplanada e como nós sabemos não sei se haverá muitos passeios em Albufeira que tenham 1,5m, infelizmente. Como eu há tempos disse, há construção onde devia haver passeios. Não havia espaço para passeios. E agora vamos pedir para os comerciantes deixarem 1,5m do lancil para dentro, e depois é que podem ocupar a via pública. É o que está previsto neste regulamento! O Licenciamento Zero fala em dois terços. Quem fez este regulamento tentou beneficiar os comerciantes. Não percebo porque não se dá mais um metro. E não percebo porque é que não se chama os representantes dos comerciantes, em conjunto com a comissão, e agora vamos ter um ano para estudar isso, se for preciso caso a caso, rua a rua, situação a situação, para conseguirmos, realmente, fazer o que interessa aos comerciantes, salvaguardando o interesse das pessoas que também têm de passear nas ruas. Portanto, eu proponho estas coisas. Alguém que leia isto e me diga se estou a ler mal. Se a Câmara e a Assembleia têm toda a autonomia e legitimidade para aprovarem o regulamento que acharem que é o regulamento certo. Esconderem-se atrás do Licenciamento Zero, parece-me que não é certo. Outra questão que tenho para indicar é a seguinte: há tempos houve ali no EMA um evento, onde uma série de comerciantes vieram vender roupa. E eu, por acaso, pensei lá ir. Os letreiros diziam que ofereciam um café, mas fui confrontado com o pagamento de um euro à entrada. Gostava de perguntar à Câmara se cobrou o aluguer daquele espaço, já que quem organizou aquele evento cobrou entradas?" Apresenta outra questão, por escrito (doc.5). -----



MEGA AGRUPAMENTOS DAS ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

As agregações que estão a ser levadas a efeito nas escolas do concelho, na senda do que se pretende fazer com a agregação das freguesias, tem também como principais critérios a geografia territorial e o número de pessoas (alunos). No caso das escolas não existe nenhum critério pedagógico que suporte a razoabilidade da medida, pelo que esta não me parece ser a melhor solução para a prossecução de um ensino que se pretende de qualidade.

Colocar sobre a alçada da uma mesma gestão escolas dos mais diversos graus de ensino, com as consequências que daí advêm, como sejam, em relação aos docentes, enormes departamentos, conselhos pedagógicos ineficazes, a falta de apoio administrativo em cada estabelecimento e principalmente pela dispersão de funcionários, um menor acompanhamento e apoio aos alunos, é pelo menos duvidoso que seja o melhor caminho.

Pelo menos em relação à escola que eu conheço muito bem, onde trabalho há mais de 25 anos, coloco sérias reservas, quanto aos benefícios da sua agregação.

A Escola Secundária de Albufeira foi recentemente objeto de uma avaliação externa, tendo obtido uma classificação muito boa.

Ora mexer no que está bem, será agregar ou desagregar?

Vejo com muita preocupação a criação de agrupamentos das escolas do concelho e se não arreplarmos caminho seremos confrontados a breve trecho com a criação de um GIGA AGRUPAMENTO de âmbito concelhio, senão regional, porventura coincidente com a atual DIREÇÃO REGIONAL, em fase de extinção.

Tive conhecimento, enquanto elemento do Conselho Geral da Escola Secundária de Albufeira, que a DREALGARVE apresentou à Câmara Municipal uma proposta de agregação das escolas do concelho.

As minhas questões são as seguintes:

- 1 – Concorda a Câmara Municipal de Albufeira com a criação de agrupamentos?
- 2 – Se concorda, é favorável à proposta apresentada pela DREALGARVE em fevereiro?
- 3 – Qual a posição do Conselho Municipal de Educação em relação a esta matéria?

O deputado

Carlos Lima
Carlos Lima

2.

"Como só ontem é que abri a ordem de trabalhos e tive algum trabalho fazer este documento, não queria agora rasgá-lo. Porque está agendado para hoje, realmente, isto que propus aqui." Apresenta outra questão, por escrito (doc.6). -----



Na sessão da Assembleia Municipal de 16 de Fevereiro de 2012, foi deliberado aprovar a ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA ARTISTAS E ARTESÃOS PARA O ANO CORRENTE DE 2012, em todas as ruas e avenidas localizadas APENAS NO CENTRO da cidade.

Considerando que:

- a) se pretende alcançar com esta medida a promoção do comércio;
- b) todos os comerciantes devem ser tratados de igual forma;
- c) a haver discriminação, seria pela positiva, para com os comerciantes de fora do centro da cidade;
- d) o incentivo à procura por parte dos artistas e artesãos de zonas fora do centro da cidade, arrastaria possivelmente consigo alguns potenciais clientes;

Tendo em atenção estes considerandos não se compreende a atitude discriminatória para com os comerciantes de fora do centro da cidade, pelo que:

PROPONHO que a Assembleia Municipal RECOMENDE à digníssima Câmara o alargamento da citada isenção a todas as ruas e avenidas do concelho de Albufeira.

O deputado


Carlos Lima

1.

"Hoje também tive o cuidado de ler a acta, mas gostava de deixar aqui registada a minha opinião, para memória futura." Apresenta mais duas questões, por escrito (doc.7 e doc.8). -----



Na sessão da Assembleia Municipal de 16 de Fevereiro de 2012, foi deliberado aprovar o CONCURSO PARA a OBRA DO PASSEIO ENTRE A PRAIA DO PENECO E A MARINA.

Não estive presente na Assembleia, no entanto em relação a este assunto gostava de deixar a minha opinião.

Considero que é de interesse para Albufeira a execução de um passeio que ligue a praia do peneco, à marina.

No entanto a solução apresentada não me parece ser a mais adequada tendo em atenção o impacto ambiental.

A solução a ser implementada, quanto a mim, é a construção de um passeio junto à arriba, na continuação do que lá existe.

Além de não apresentar um impacto ambiental negativo, serviria para consolidar as arribas.

O deputado


Carlos Lima

4.



Após a entrada em vigor da Lei nº8/2012 de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, as entidades públicas passaram a ter que numerar sequencialmente os compromissos no momento da assunção dos mesmos.

Há Associações e Clubes do concelho que têm protocolos assinados com o município e que ainda não foram liquidados. Algumas Associações têm em atraso verbas referentes aos anos de 2009 e 2010 o que tem causado graves problemas de tesouraria. Faço notar que não me estou a referir aos contratos-programa, mas sim a acordos para a prestação de serviços aos municípios estabelecidos entre o município e as citadas associações.

A minha pergunta é a seguinte:

- 1- Estas verbas estão devidamente contabilizadas por força da citada Lei dos Compromissos?
- 2- Quando tempo mais terão as Associações de esperar para também elas poderem honrar os seus compromissos?

O deputado


Carlos Lima

4.



"Ainda tenho mais uma questão. Eu costumo, nestas alturas, falar do 25 de Abril, mas acho que, atendendo ao que se está a passar neste país, desta vez não vou falar. Obrigado Sr. Presidente." -----

Presidente da Câmara - "Em relação às questões que o deputado Lima expôs, é assim: Está a falar daquele evento do EMA. Foi à reunião de Câmara e foi cobrado um valor de acordo com o regulamento. Eu não sei o valor exacto, mas ronda os três mil euros. Há aqui duas questões que eu gostava que fosse o Dr. Rolo a responder. Sobre a questão das verbas em atraso e também a questão da educação, dos mega agrupamentos." -----

Vice - Presidente da Câmara - "Sobre as questões levantadas à lei do compromissos, quero dizer que foi hoje a Conselho de Ministros o decreto parlamentar, a implementar um mecanismo necessário, nomeadamente ao art.14º da Lei n.º8/2012, a chamada lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Quero dizer com isso, que essa lei, no fundo estando em vigor, desde o dia 21 de Fevereiro deste ano, carecia de uma regulamentação, foi agora aprovada, para que se possa, realmente, aplicar no seu todo. Mas isso não absorve muita coisa. Para haver nós temos de ter os fundos disponíveis, calculados da forma da lei dos compromissos, diz a lei da discussão orçamental, têm de ser maiores ou iguais nos compromissos assumidos num determinado período de tempo. Esse período de tempo, normalmente, de acordo com a lei, são de três em três meses, todos os meses vão-se fazendo grupos de três meses, para que os fundos disponíveis sejam maiores ou iguais. E isso para quê? Para evitar que os municípios e que a administração central, porque esta lei não se aplica apenas aos municípios, também se aplica à administração central. Ainda hoje li uma notícia que, a Associação Nacional de Municípios vai requerer a suspensão da lei porque ela é um bocado inconclusiva sobre o seu funcionamento. Mas particularmente e em paralelo, o Governo está a tentar tratar da questão do financiamento dos pagamentos em atraso. E considera-se pagamento em atraso, de acordo com a lei, pagamento que é feito para além dos noventa dias, para além do pagamento da factura. Se uma factura for a sessenta dias, o pagamento está em atraso se passar cento e cinquenta dias. Isto para dizer que os contratos-programa, os protocolos com as associações e com os clubes, de certeza, há-de haver uma altura que há-de ser dito, e essa altura está muito próxima, o que há disponível para que os clubes e associações possam dar azo à sua actividade. Obviamente que nós temos que criar prioridades. E as prioridades, nós não podemos ter mais, o disponível tem de ser sempre superior ou igual aos compromissos assumidos. Nós temos de ter em conta que o IMT de 2007 para 2011 reduziu em Albufeira 71%, que equivale à volta de sessenta milhões de euros. Foram sessenta milhões de euros que nós, município de Albufeira, deixámos de receber. Ao deixar de receber estas verbas, nomeadamente das taxas e licenças de obras particulares, urbanizações, loteamentos, também foi drástico, em 2007 recebemos à volta de seis milhões de euros, em 2011 recebemos à volta de setecentos mil euros, em termos de imobiliária. E a imobiliária realmente, está como os senhores conhecem, alguns são desse ramo, têm sido sustento dos municípios. Estarão melhor agora os municípios do interior e estarão agora pior os municípios do litoral, Albufeira é um deles. Relativamente à agregação dos agrupamentos escolares,



quero dizer que a Câmara Municipal, conforme o Sr. deputado Carlos Lima sabe, informei o Conselho Geral da Escola Secundária de Albufeira, o Conselho Geral da Escola Diamantina Negrão e o Conselho Geral da Escola de Ferreiras. A Câmara Municipal recebeu, em determinada altura, não sei agora precisar a data, talvez 17 de Fevereiro, salvo o erro, uma proposta da Direcção Regional de Educação. A questão da agregação dos agrupamentos faz lembrar o despacho quatro mil e tal, diz que há duas hipóteses de fazer a agregação: ou por proposta da Direcção Regional de Educação, foi o caso; ou por proposta dos Agrupamentos Escolares. Aqui, a Câmara Municipal recebeu, em 17 de Fevereiro, uma proposta de agregação. Como sabem, o concelho de Albufeira, já no ano passado tinha concebido um mega agrupamento, por questões completamente laterais e marginais relativamente a esta proposta educativa, que tem a ver com um problema excedente de uma determinada escola, a escola nova de Vale Pedras. E este ano previa-se criar mais dois. Havia, realmente, duas ou três hipóteses. A proposta entregue à Câmara Municipal, não foi aquela que foi depois para o Ministério. A Direcção Regional diz nesse despacho que tinha dez dias para responder. Se durante dez dias a Câmara Municipal não responder, subentendesse que há um parecer favorável àquela proposta. É só isto! Não é obra-prima deste Governo, é obra que já vem de trás. Vai terminar até ao fim de Maio, penso eu, a agregação oficial dos agrupamentos, para que possam já ser agrupados no próximo ano lectivo." -----

Carlos Lima - "Se fosse possível, gostava de obter resposta a todas as perguntas que fiz. E parece-me que, neste caso dos mega agrupamentos, ficaram perguntas por responder. Primeiro é se a Câmara concorda ou não com a proposta que a Direcção Regional lhe apresentou. E se concorda, é com aquela que foi apresentada, e o Sr. Vice-Presidente disse que, afinal, não é a que vai ser implementada. A Câmara deveria tomar alguma posição, porque como foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, a proposta veio para a Câmara e a Câmara teve dez dias para responder. Se não respondesse é porque aceitava. Aceitou, mas afinal não é para cumprir, porque a Direcção Regional mudou o que fez. Eu acho que a Câmara devia tomar uma posição. Não é aquilo que a Câmara aceitou. E a outra pergunta que não me foi respondida é, qual foi a posição do Conselho Municipal de Educação sobre esta questão." -----

Vice - Presidente da Câmara - "Posso dizer muito rapidamente. Relativamente à primeira questão, respondi realmente à sua questão porque o despacho que veio diz que a Câmara Municipal tem dez dias para se pronunciar sobre a proposta. A Câmara Municipal não se pronunciou. O Senhor tira daí as ilações que entender. A segunda questão: tenho a dizer que o Conselho Municipal de Educação não reuniu para discutir este assunto, nem pretende." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 13/12/2011, 22/12/2011, 26/01/2012 e 16/02/2012; -



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a acta a votação. -----

VOTAÇÃO: 13/12/2011-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Francisco Calhau, Carlos Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24), Carlos Silva e Sousa, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Paulo Xufre, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia passa à acta de 22/12/2011. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luís Fernandes -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Paulo Xufre, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia passa à acta de 26/01/2012. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Manuel Gonçalves, Sérgio Brito, Luís Fernandes, Paulo Xufre. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos



d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia passa à acta de 16/02/2012. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luís Fernandes -----

Abstenções: sete (07) Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sérgio Brito, Paulo Xufre. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "A mesa está composta pelo Sr. Presidente, por uma secretária e..." -
Presidente da Assembleia - "E por uma secretária. Sim, sim." -----

Vítor Clemente - "No que diz respeito à informação do Presidente, relativamente às dívidas do município no que respeita às Águas do Algarve, qual é o valor em causa da dívida do município? Quais as dívidas dos munícipes em relação ao consumo de água que se encontra em execuções fiscais? O presidente informou que deve ser cerca de quatro milhões de euros. É a informação que temos, não sei se é a mais correcta. Qual é a dívida que os munícipes têm perante a Câmara Municipal, no que diz respeito à habitação, o não pagamento de renda? Na pág. 19 da informação do Sr. Presidente diz que o estado actual das dívidas a fornecedores e empreiteiros soma vinte nove milhões. Presumo que seja à data de finais de Março. Mas eu julgo que a dívida do município de Albufeira seja muito superior. Contrariamente à situação do executivo em que, se lamenta, que o IMI já baixo, com elementos comparativos com 2009, mas a Câmara não deixou de executar o seu orçamento com valores supérfluos. Isto causa problemas gravíssimos ao concelho e a todos os munícipes. Tenho dito Sr. Presidente."

Presidente da Câmara - "Não tenho aqui comigo os valores solicitados, mas amanhã de manhã apresentou-os todos. Estão todos identificados. E são valores que têm a ver com dívidas a fornecedores, a empreiteiros, é evidente. Isto tem a ver com as



dificuldades de tesouraria que o município de Albufeira tem e a maior parte dos municípios do país e Algarve têm. Tem a ver, exactamente, com a responsabilização que Albufeira apresenta no contexto regional para servir um país, em termos turísticos, sem ser ressarcido minimamente dessa intervenção. Ainda ontem disse e vou repetir aqui. O município de Albufeira tem quarenta mil habitantes. O município de Albufeira tem uma média mensal de cento e quarenta, cento e cinquenta mil habitantes. O município de Albufeira tem cinco milhões e novecentas dormidas por ano. O município de Albufeira tem uma rede de saneamento, uma rede de abastecimento de água, uma rede viária, uma rede de espaços públicos, uma rede de infraestruturas para receber os seis milhões de turistas que utilizam os hotéis, os restaurantes, o comércio, que utilizam toda a economia deste concelho. O município de Albufeira para servir esta rede de infraestruturas e esta oferta, tem um diferencial entre aquilo que é um município de quarenta mil habitantes e um município de cento e cinquenta mil por mês, ao longo do ano, que nos levou a esta dívida, de vinte nove milhões de euros. E quer em números de funcionários, quer em número de piquetes de manutenção e tudo isso, nós temos de garantir para um município que é a imagem do Algarve e do país, condições para que haja uma oferta e uma qualidade de serviços que Albufeira, no fundo, tem uma cara que permite que as pessoas que chegam a Albufeira, sintam que esta é a imagem do Algarve e, obviamente, voltem. E voltando, continuam a ficar nos hotéis, a comer nos restaurantes, a ir ao comércio e a fortalecer a economia local. E o município de Albufeira, que tem de ter esta intervenção, com os custos daquilo que são as receitas da autarquia, porque recebe por ano cerca de quatro milhões e cem mil euros do Orçamento de Estado, para um município que produz milhões e milhões para o orçamento nacional. Portanto, este processo que está completamente desajustado em termos da lei das autarquias locais, só pode ser regularizado quando houver uma intervenção de fundo sobre esta matéria, sob pena de não haver condições para dar continuidade a este serviço público, que Albufeira presta. E o senhor que é um hoteleiro de referência sabe perfeitamente do que estou a falar. Eu não estou aqui a fazer demagogia. Estou a dizer que, o concelho de Albufeira, os concelhos do Algarve, que trabalham em condições turísticas, como Portimão, Loulé, Lagos, Tavira e Vila Real de Sto. António, daqui a um ano ou dois, se não houver uma alteração de fundo na lei das autarquias locais, vai ser uma desgraça completa, não só para os municípios mas para o país. Porque é aqui que o Estado vem buscar uma série de dinheiro, uma série de valores, em função daquilo que a economia produz, IRS, IVA, IRC, dos hotéis, dos restaurantes, dos comerciantes. Esta é que é a realidade! E enquanto nós não vemos isto, não vale a pena. Nós já tivemos alguma vitória com esta questão, na questão dos dirigentes, dizendo que Albufeira não podia ter dirigentes para quarenta mil habitantes porque nós temos uma média de quase cento e cinquenta mil habitantes por mês. E aí já houve um jogo de cintura aceitando isso. Espero que esse jogo de cintura também agora funcione nessa questão do financiamento e da lei das finanças locais. E o meu amigo sabe que, em 2009, nós estávamos a pagar a cinco e seis dias e antes do fim do ano ligávamos aos fornecedores e a todos para virem buscar o dinheiro até final do



até final do ano. Há que ponderar esse problema! Com todo o respeito por eles, pelas dificuldades que passaram e que têm passado, alguns, outros não. Mas penalizar aquele que cumpre, já chega! Já basta da parte do nosso Estado Português, da parte do Governo, como também do nosso Estado Municipal, Câmara Municipal, vir-nos sacrificar mais no que diz respeito a tarifas. Quando eu dizia que o lixo não é recolhido, há zonas que não é recolhido dois e três dias. A dívida à empresa não está em causa. Cumpram o contrato! -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta final do Plano de Pormenor do Escarpão – Plano de Intervenção em Espaço Rural e Programa de Ação Territorial; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Luís Fernandes, Carlos Lima, Paulo Xufre -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação de erro material da revisão do Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "Pedia ao Sr. Presidente, um pequeno esclarecimento sobre esta situação." -----

Presidente da Câmara - "Tenho aqui quatro pontos, exactamente para esclarecer. Na sequência da entrada em vigor da revisão do PPZCISG foi identificada a necessidade de proceder à rectificação do quadro de áreas, no intuito de clarificar a afetação de usos na parcela L (empreendimento Quinta Blanka Palace). Foi considerado pelo Turismo de Portugal que os usos de todos os polígonos da parcela "L" deveriam estar agrupados num único item (Estabelecimento Hoteleiro / Equipamento) em vez que



estar descrito o uso de cada polígono isoladamente, como se cada polígono fosse ele próprio um Estabelecimento Hoteleiro independente e com todas as valências. A solução proposta não implica qualquer alteração ao nível das áreas de construção ou implantação, estando unicamente relacionada com o modo como os usos se distribuem pelos diversos "polígonos de implantação" da parcela L. O procedimento em causa constitui "rectificação de um erro material" que, em termos legais carece apenas de declaração da entidade responsável pela elaboração (CMA) emitida com conhecimento prévio da CCDR e da Assembleia Municipal (n.º 3, artigo 97-A, DL 380/99 na redacção do DL 46/2009). Em relação ao **PP-PIER do Escarpão**: Na área do Escarpão localizam-se actividades de extracção de inertes cujas áreas licenciadas foram esgotadas. As diversas tentativas de ampliação das áreas de exploração ou a emissão de novas licenças foram sempre impossibilitadas pelas disposições do PDM. A aprovação do PP-PIER do Escarpão vai possibilitar a alteração das disposições ao nível do Ordenamento do Território, permitindo o adequado licenciamento das actividades de extracção de inertes aí instaladas assim como de outras actividades relacionadas, lançando as bases para a salvaguarda dos postos de trabalho existentes. O plano vai permitir que as actividades se desenvolvam de forma regrada e em respeito pelos respectivos planos de lavra e de recuperação paisagística, assim como no cumprimento de todas as medidas de minimização de impactes ambientais que venham a ser determinadas pelas entidades competentes em razão da matéria. O plano incorpora a contratualização com os particulares interessados (PAT-Plano de Acção Territorial), que inclui os objectivos consubstanciados em 7 projectos estruturantes a cargo do consórcio de empresas promotoras do plano: Qualificação e reformulação da rede viária; Criação do Centro de Interpretação Ambiental do Escarpão; Criação do Sistema de Prevenção e Segurança das áreas industriais; Recuperação ambiental de antiga pedreira; Revitalização da rede de drenagem subterrânea na zona do aterro onde foram depositadas terras no âmbito da construção da Marina de Albufeira; Recuperação paisagística; Valorização dos espaços naturais a conservar. Em suma, a aprovação deste plano vai permitir a realização de um conjunto de acções relevantes do ponto de vista económico, ambiental e social, sem que tal represente um acréscimo de custos para o Município." -----

Presidente da Assembleia -" Já agora, tanto quanto eu também ouvi e consta da própria deliberação, isto está para nós deliberarmos que tomámos conhecimento. É o que nos é solicitado, é o suprimento de um erro. Portanto, é essa tomada de conhecimento que eu ponho à consideração. Proponho que se delibere tomar conhecimento desta rectificação deste erro material." -----

VOTAÇÃO: TOMADA DE CONHECIMENTO -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo,



Carlos Lima, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Paulo Xufre, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Vítor Clemente - "A tomada de conhecimento resolve a situação?!" -----

Presidente da Assembleia - "Ó homem, o que me é solicitado, do conteúdo da proposta é isso mesmo, que nós tomemos conhecimento." -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas e ocupação da via pública para artistas e artesãos, para o corrente ano civil de 2012; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Paulo Xufre, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento de venda ambulante do município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima, Paulo Xufre -----



Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2011, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; - O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Paulo Xufre, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2011, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - "Sr. Presidente, relativamente à Prestação de Contas a mesma vem corroborar aquilo que nós dissemos aquando da apresentação da proposta de Orçamento e do Plano de Actividades. Ou seja, relativamente ao orçamento, este não corresponde à realidade, ao resultado do exercício, verificamos que só cerca de 59% do mesmo foi executado. Nesse sentido, acabámos até de receber uma informação do



Tribunal de Contas, que nos foi dada pela mesa, e que vem dizer que o orçamento de 2010/2011 faz algumas recomendações. Recomendações, essas importantes e que o PS tinha já referido aquando da aprovação do orçamento. *"Adoptar maior rigor na elaboração dos orçamentos de modo a que estes tenham como suporte previsões assentes em variáveis verosímeis e deixem de estar sobreavaliados do lado da receita, o que permite cabimentar e assumir compromissos do lado da despesa sem disponibilidade para o correspondente pagamento,"* Ou seja, os orçamentos têm vindo a evoluir do lado da receita e verificasse depois que essa mesma receita tem uma execução cerca de 60% daquilo que está, e é natural que as despesas depois não possam ser efectuadas na medida em que estão orçamentadas. É incluir no orçamento a despesa orçamentada e depois não ter resultado. Nesse sentido tenho uma declaração de voto para apresentar (doc.10). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Grupo Socialista

DECLARAÇÃO DE VOTO

Prestação de contas do Município de Albufeira – 2011

Tendo presente a prestação de contas do Município de Albufeira relativa ao exercício de 2011 que é hoje aqui colocada à discussão e votação importa notar alguns aspetos que pela sua relevância permitem-nos perceber de forma segura qual o caminho que trilha a atual gestão municipal.

Cientes que o meio de um mandato é sempre um momento adequado para uma avaliação será útil ter em consideração os dois últimos anos – 2010 e 2011 – para percebermos para onde vamos e qual o estado das finanças municipais.

Um outro enfoque interessante será o avaliar qual o desvio entre as expectativas que se criam – orçamento – e aquela que vêm a final a ser a realidade – o resultado do exercício – tendo sempre presente que uma boa gestão começa com uma correta previsão.

Vamos então começar pela receita, sua orçamentação, realização efetiva e comparação com 2010, percebendo-se assim a evolução da mesma nos últimos dois anos.

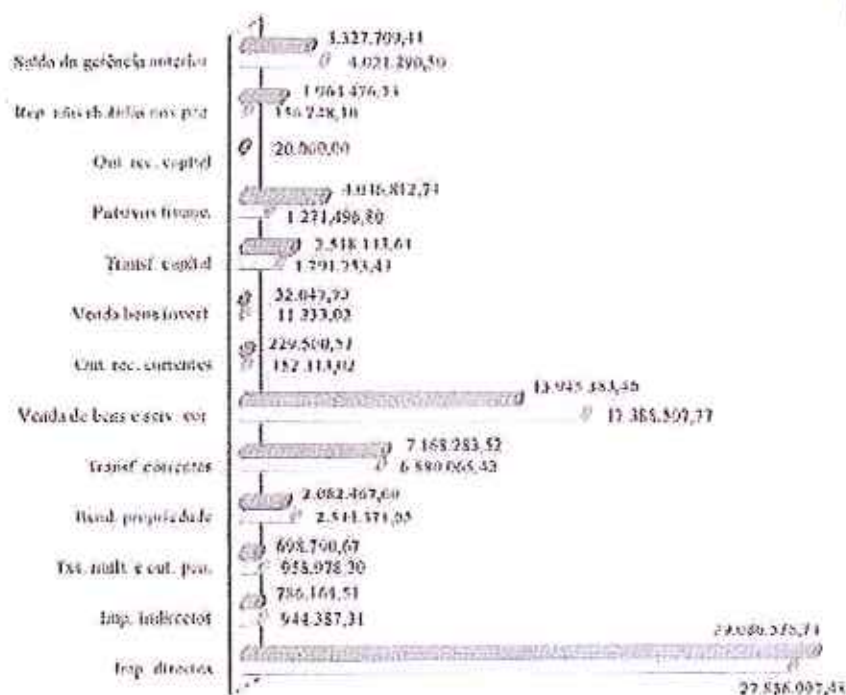
A receita corrente executada ficou aquém em 25,44%, um desvio de 20 milhões de Euros, da receita orçamentada, quanto à receita de capital ficou também cerca de 20 milhões de euros, mas aqui com um desvio de 87,88%, no global tivemos um desvio de 38,93%, ou seja de mais de 41 milhões de Euros.

Uma gestão que não sabe fazer previsões na melhor das hipóteses, porque a outra alternativa é que o faz voluntariamente empolando receitas e enganando os munícipes.

Seria útil fazer uma análise comparativa da receita em 2010 e 2011 para verificarmos que a mesma se mantém relativamente estável, cf. quadro infra:



Análise comparativa da receita 2010/2011



Todos sabíamos que a receita iria reduzir-se significativamente relativamente a 2009. A execução de 2010 já nos tinha mostrado isso, era evidente que tal iria acontecer. Bastaria ter consideração a evolução da receita em 2010 face a 2009, onde se verificou uma quebra de cerca de 32 milhões de Euros, para perceber que continuar a ignorar esta realidade constituir-se-ia numa das principais causas do desequilíbrio financeiro em que a autarquia de Albufeira se encontra, isto apesar da execução da receita de impostos ter subido em cerca de 1 milhão de Euros.

Mas vejamos a despesa: também aqui o desastre das previsões é absoluto. Orçamentam-se 104 milhões de Euros quando se sabia que tal era impossível de executar e executa-se 60 milhões, aliás em linha com o ano de 2010, logo com um desvio de 42,75%, menos 44 milhões. Será que esta realidade necessita de qualquer comentário?

Mas apesar do descalabro na execução da receita não se conseguiu fazer qualquer poupança nas despesas correntes, aliás relativamente a 2010 estas subiram em cerca de 150 mil euros e a redução conseguida foi única exclusivamente à custa do investimento, 2 milhões de Euros a menos em despesa de capital.

Sem questionar a apresentação das contas do exercício quanto à forma e aos procedimentos, relativamente aos quais não nos merece qualquer reparo e que aproveitamos o momento para deixar o nosso obrigado, em nome próprio e dos munícipes que nos elegeram pelo esforço, empenho e dedicação de todos os funcionários da autarquia que colaboraram na preparação da presente prestação de contas, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação pelo

41



caminho que está a trilhar esta gestão, ao conduzir a autarquia para o grupo das câmaras mais endividadadas do Algarve e do país, está no grupo das 40 mais endividadadas a nível nacional e é a 5ª mais endividadada do Algarve, com um passivo de 66.020.471,49€ milhões de Euros, passivo de curto prazo de 35.664.401,54 € e de médio/longo prazo de 30.356.069,95€ milhões de euros, isto apesar dos aumentos brutais levados a cabo nos últimos anos nas taxas e serviços municipais, sendo que muitos dos afetados pelo não pagamento das dívidas são pequenas e médias empresas ou empresários individuais, pelo que lamentavelmente o Município será um dos grandes responsáveis pelo seu deffinamento.

O voto contrário que hoje aqui expressamos é um voto contra uma gestão que persiste em não compreender que o nosso futuro - o futuro do concelho, da sua atividade económica, o bem-estar dos munícipes, num quadro de recursos escassos - só existe quando a coisa pública é bem gerida e os recursos públicos usados com rigor e são orientados para a criação de riqueza o que, manifestamente, não acontece com a gestão municipal a cargo do executivo PSD e a que a maioria social-democrata nesta Assembleia sempre tem dado cobertura.

Albufeira, 26 de Abril de 2012

[Handwritten signatures in blue ink]



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima, Paulo Xufre -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal na falta do Presidente da Câmara Municipal, no uso de delegação de competências da Câmara Municipal por deliberação de 22 de Outubro de 2009, do concurso público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos d'Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia e JI da Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "Pergunto se, a título de serviço para os alunos, esta é uma boa experiência ou se é só uma experiência. E se a Câmara já chegou a alguma conclusão, se é melhor para os alunos do que utilizar as cantinas das escolas?" -----

Presidente da Câmara - "Pedia ao Dr. Rolo para responder a esta questão." -----

Presidente da Assembleia - "Dr. Rolo, tem a palavra." -----

Vice - Presidente da Câmara - "É uma boa experiência. É a segunda vez. Não foi muito boa experiência, uma outra diferente. Porque este concurso reveste-se da seguinte particularidade: as empresas concorrem mas confeccionam a refeição no próprio refeitório. Posso dizer que fica muito mais barato do que qualquer outra situação e não tive qualquer reacção, porque por vezes há reacções à mudança, pelo menos não me chegou aos ouvidos qualquer reclamação. A outra experiência que tivemos na Escola Vale de Pedras foi diferente. Aí funcionou realmente o serviço de catering, a comida não era confeccionada na escola." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco



Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Sérgio Brito, Paulo Xufre, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: uma (01) Pedro Farinha -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao regulamento "Educação no Verão; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "É só para dizer que não concordo com os preços praticados, como já tinha referido anteriormente, no ano passado, principalmente no que diz respeito ao escalão A. É só para deixar, mais uma vez, registado a minha não concordância." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: uma (01) Carlos Lima -----

Abstenções: quatro (04) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Paulo Xufre -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: uma (01) Pedro Farinha -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e tomada de posição sobre a impugnação da sessão ordinária de 16/02/2012, sob proposta do membro do Partido Socialista na Assembleia Municipal, Luís Fernandes. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luís Fernandes - "Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. É verdade, eu impugnei a Assembleia Municipal. E impugnei a Assembleia porque faz 38 anos que se deu a liberdade em Portugal. São esses valores que eu quero defender. Acima de tudo a liberdade e acima de tudo a democracia, quer dizer igualdade. E esse legado eu não quero perder Sr. Presidente, e esse legado eu quero respeitá-lo e esse legado eu quero



deixá-lo a quem me suceder, acima de tudo não quero deixar a resignação e o respeito que não existia. É verdade, além da impugnação e perante os factos que todos nós na assembleia assistimos a eles. Tivemos todos nós a coragem de assistir a uma alteração da ordem de trabalho, em que foi posta à deliberação e à votação e que esta Assembleia, muito bem, entendeu retirar o ponto da ordem de trabalho. Até aqui, tudo dentro da lei e acima de tudo na lei geral da República Portuguesa e acima de tudo na lei da Democracia. Não continuou este facto na assembleia que impugnei não foi pedida a retirada de um ponto da ordem de trabalhos. Aí, não tivemos nem deliberação, nem votação para retirar esse ponto da ordem de trabalhos. Portanto, nota-se, de facto, uma terrível falta de democracia e acima de tudo a falta de legalidade perante o regimento e acima de tudo perante a lei da República Portuguesa. E é perante esta lei, enquanto nós tivemos homens com capacidade de decidir com coluna vertebral, nós não podemos permitir que esta liberdade de há 38 anos, e esta democracia que eu defendo. Impugnei e posso impugnar sozinho e irei até às últimas consequências com esta deliberação que tenha este ponto da ordem de trabalhos da Assembleia. Reparem que o que aconteceu não foi uma decisão colegial. Quem manda nesta Assembleia não é o presidente. Quem manda nesta Assembleia são todos os homens e mulheres que fazem parte desta Assembleia. Isto é um órgão colegial não é um órgão individual. É a este respeito que eu vos quero dizer que faltou igualdade. A este respeito não tem categoria, porque aqui somos todos iguais e acima de tudo só temos direito a um voto. Se não teríamos aqui uns com mais votos que outros. Portanto, perante este facto, e perante esta falta de liberdade que fomos acusados nesse dia, eu espero dizer que a impugnação continua até às últimas instâncias se não for rectificado o que tem de ser rectificado. Tem de ser novamente marcada nova assembleia, com a mesma ordem de trabalhos, e nós cá estaremos para deliberar sobre ela. Está dito. -----

Francisco Calhau - "Eu não estive nesta reunião, mas não precisava de estar, porque o que aqui se põe, é uma questão muito clara. Eu ouvi a sua declaração defendendo a impugnação, não concordo com absolutamente nada do que foi dito. Tem todo o direito legítimo de o fazer. Não concordo. Não concordo pelo seguinte: isto é um órgão colegial mas tem um presidente que tem todo o direito em tomar decisões deste género." -----

Luís Fernandes - "Mas tem que ser democrata..." -----

Presidente da Assembleia - "Não interrompa! O senhor falou e ninguém o interrompeu..." -----

Luís Fernandes - "O senhor tem de ter calma." -----

Presidente da Assembleia - "O senhor é que tem de ter calma nesta Assembleia. Percebe?" -----

Francisco Calhau - "É um órgão colegial mas tem um presidente. E depois existe uma clara diferença entre o primeiro exemplo que deu e o que questiona aqui. O Sr. Presidente desta Assembleia Municipal já o fez em várias reuniões, por á consideração da assembleia. Mas neste caso trata-se de uma questão completamente diferente, pois é o próprio proponente que pede para retirar o ponto da ordem de trabalhos, tendo-o



feito antecipadamente e por escrito. E esta questão é uma questão clara. Não por em causa o direito do proponente em solicitar que o assunto pretendido seja retirado. É uma questão completamente diferente daquela. Já vamos em três mandatos e não há aqui nenhum partido que possa acusar o Presidente desta Assembleia Municipal de falta de democraticidade. Entendemos que devem fazer um exame de consciência do que fizeram nessa reunião. E que fizeram a quente, sem medir o acto. Essa sim, a atitude do partido socialista, é censurável. Face a essa questão tenho, em nome do PSD, um documento para apresentar (doc.11)." -----



A questão que se gerou na última assembleia Municipal, com a saída dos membros do Partido Socialista, pareceu -- me mal.

Pareceu - me não democrático.

Gostaria de salientar e enaltecer a forma democrática e elevada que o Senhor Presidente da Assembleia tem imprimido a esta assembleia municipal.

Se crítica, que não faço, lhe pode ser feita, é a de ser mais democrata do que lhe é exigível. Para ver isso basta ler as actas onde o debate tem sido sempre promovido e quem disse menos se pode queixar é o Partido Socialista que muitas vezes excede os tempos que lhe poderiam ser impostos em razão da proporcionalidade da sua representação. Não é isso que tem acontecido.

Tanto quanto sei, quem representa legalmente a Câmara Municipal na Assembleia Municipal, é o Senhor Presidente da Câmara.

Se o Presidente da Câmara requer por escrito ao Presidente da Assembleia Municipal que uma proposta da Câmara seja retirada, e que depois reforça verbalmente na própria assembleia, nada mais há que falar sobre o assunto, tanto que até são apontadas questões de carácter legal.

Faria algum sentido ^{na minha opinião} ~~ir~~ - se interferir na capacidade de propor ou não da Câmara Municipal, quando quem a representa na assembleia, diz que não há proposta. Delibera-se contra a vontade do proponente, o quê? Ainda por cima, tal matéria, nem poderia partir para deliberação pela própria assembleia, como o pode fazer no âmbito de competência próprias, sem necessidade da iniciativa da câmara. Neste caso, tal não acontece. A assembleia por si própria não pode deliberar sem que a iniciativa da proposta venha da câmara.

Por outro lado cabe ao Presidente da Assembleia Municipal, dirigir os trabalhos. Esta é uma competência própria do Presidente da Assembleia estabelecida na lei.

Nem sequer é uma competência da assembleia.

A impugnação feita é ridícula.

h.



Em lado algum se lê no texto, qual foi a violação da lei.

1 { Tenho que concluir que só houve violação de leis das cabeças dos socialistas.

Por isso proponho que a assembleia delibere tomar a seguinte posição:

- Declarar a impugnação como ridícula e censurável, bem como *abusiva*
- comportamento da bancada socialista ao ter abandonado a sala.

Albufeira, 26-4-2012

S.



Francisco Oliveira - "Relativamente à questão que foi aqui focada, parece-me que há um pormenor que se pode discutir juridicamente. Na vertente jurídica, podemos argumentar que a proposta, não é uma proposta do Sr. Presidente, é uma proposta do executivo. E como proposta do executivo, a deliberação de retirar essa proposta tem de ser do órgão colegial. Mas como digo, não era por aí que iria. Poderia referir alguns outros exemplos passados nesta Assembleia, que têm vindo a ser discutidos mesmo com a proposta para a retirada de determinados pontos e havendo esse sentimento por parte da Assembleia Municipal até para se perceber a razão dos mesmos serem retirados. Sempre houve diálogo relativamente a essas questões, como por exemplo, com o que aconteceu com o regulamento que está aqui em que foram explicadas razões para que o mesmo possa ser retirado. A questão que foi colocada nesta Assembleia foi, a vontade por parte dos membros do PS e no meu caso concreto, de colocar a mesma à votação e à discussão, para que eventualmente outras razões pudessem ser dadas e sermos esclarecidos, nomeadamente se o ponto da ordem de trabalhos em causa se iria ou não posteriormente ser colocado à assembleia, em que circunstâncias, em que prazo, até porque se tratava de um assunto, que leva dez/doze anos para ser resolvido e aprovado. Não acuso a de falta de democraticidade relativamente a esta situação até porque é manifesto, e a democracia permite os membros que possam manifestar-se da forma como fizemos. Acho que não ofendemos ninguém. Saímos da sala face à atitude do Presidente da Assembleia, eu diria, pouco habitual nele, devo reconhecer, e ofensiva ao declarar *"termino aqui, não tenho mais nada a dizer, acabou e está resolvida a questão"*. Poderíamos ter interposto à Mesa um pedido de esclarecimento, ou qualquer outra solução. Entendemos que, de facto, não valia a pena, porque a intenção era não discutir o assunto, não discutir o problema, que era um problema que interessava a todos nós. A interpretação, em termos jurídicos levaria a uma decisão diferente mas, entendo que, a forma como o ponto foi tratado, provou que a atitude do Sr. Presidente não tenha sido a melhor. Eu reconheço aqui, (aliás já por outra vez manifestei o meu desagrado) a forma como o Sr. Presidente na altura reagiu. Manifestamente, acho que o procedimento não foi o correcto. Não houve a possibilidade de podermos discutir esse assunto e essa reacção não foi da nossa parte nada antidemocrática, foi uma manifestação consentânea com a atitude que o Sr. Presidente teve nessa assembleia. A ideia era, levantar as questões e podermos perceber o evoluir da situação. Como digo, poderia enveredar pela vertente jurídica, mas a questão que estava aqui em causa, era a questão política, era saber o que iria acontecer em relação ao assunto em causa, nomeadamente se o mesmo seria para prosseguir ou para morrer aqui. Mais, a haver votação, a mesma também seria rejeitada uma vez que o PSD tem a maioria nesta Assembleia. A ideia não seria essa, a ideia seria pedir esclarecimentos ou levantar algumas questões ao Sr. Presidente ou a quem estava na Mesa para nos responder sobre qual o destino não só daquele subsídio, como também de todos os subsídios a atribuir com a nova legislação que agora, pelos vistos, foram cancelados. Tenho dito." -----



Luís Fernandes - "É só para dar um esclarecimento ao Francisco Calhau. Obviamente que a proposta do executivo ou do Sr. Presidente, assiste todo o direito que a proposta seja retirada. Não é aí que está o problema. O problema é, que a partir de que ela esteja numa ordem de trabalhos, seja onde for, não pode ser retirada sem haver discussão ou votação. O Sr. Presidente tem todo o direito de pedir para retirar a proposta. Até aí, concordo consigo. Agora, tem de ser a assembleia a deliberar sim ou não." -----

Presidente da Assembleia - "Às vezes, nas funções que temos, temos que ter alguma paciência. Mas, às vezes, também não a temos e às vezes também não a tenho, e não a tenho quando penso que tenho razão, e quando penso que o comportamento do PS, no caso presente, é abusivo. É abusivo, porque não é o Sr. Luís Fernandes que vem aqui ditar as suas regras, nesta assembleia, a seu belo prazer. Nem o Sr. Luís Fernandes, nem ninguém, nem o próprio Presidente da Assembleia. O Presidente da Assembleia, contrariamente ao que o senhor escreve, não disse que "*quem manda aqui sou eu*". Não foi a expressão que eu usei! Está gravado. A expressão que eu usei, é a expressão legal, "*quem dirige os trabalhos da assembleia sou eu*". Está na lei. Assim como está na lei que, quem representa a Câmara na Assembleia é o Presidente da Câmara. Essas questões que foram aqui levantadas, que tinha de ser do órgão colegial, isso são tudo bagatelas, pois que eu não tenho nada que interferir nos trabalhos da Câmara. Quem a representa aqui na Assembleia é o Presidente da Câmara, ponto final, e mais ninguém. Se S. Presidente da Câmara tem lá depois, as questões colegiais, isso é lá com ele. Se vier a tomar deliberações na Câmara que não sejam consentâneas com a legalidade, já poderá passar a ser nossa competência, já que podemos fazer a fiscalização à posteriori. Agora, neste Assembleia Municipal, e isso que fique bem claro na cabeça de todos e do Sr. Luís Fernandes em particular, que não há aqui uma questão de igualdade ou desigualdade. Há aqui uma questão de exercício de funções. E o senhor tem o direito de fazer propostas, tem o direito de, no âmbito das competências da Assembleia, de propor, de discutir, de deliberar, tem todos esses direitos e eu nunca neguei esses direitos a ninguém. Agora, há também algo que é a minha obrigação legal que é, dirigir os trabalhos, e essa é indelegável. E mais, não a deleguei a ninguém. Nem a própria Assembleia tem o direito de dirigir os trabalhos, quem os dirige sou eu; é o que diz a lei, não sou eu que digo. Porque o ditador é aquele que faz as suas próprias leis. Eu não estou a fazer leis nenhuma, eu estou-me a cingir àquilo que está na lei, porque alguém tem de dirigir os trabalhos, se não isto era uma salganhada. E quanto à questão de fundo, que é a questão de se quererem pronunciar, do partido socialista, eu percebi. O PS interrompe quando se passa já para o ponto seguinte, e isso eu percebi qual era a razão. Queria falar sobre um assunto. De um assunto que vinham preparadinhos para falar e como o Presidente da Assembleia lhes tirou essa prerrogativa, ficaram todos ofendidos. A questão é muito simples. Eu fiz isto em relação à Câmara, como fiz sempre, em relação a qualquer membro da Assembleia. Alguma vez aqui foi impedido que alguém retirasse uma proposta? Eu não me lembro. E não me lembro também nunca de se ter discutido uma proposta que tenha sido



retirada. Eu não me lembro. Eu não me lembro, Sr. Vítor Clemente. Nunca isso aconteceu nesta Assembleia..." -----

Vítor Clemente - "Está a falar para mim?" -----

Presidente da Assembleia - "O senhor está a fazer gestos com a sua cabeça e a fazer uns comentáriozinhos. Portanto, eu estou a falar para si, e para a Assembleia. Estou a falar para toda a gente." -----

Vítor Clemente (interrompe) - "Tenha calminha senhor Presidente." -----

Presidente da Assembleia - "Eu estou muito calmo e tranquilo. Agora, não se pode ouvir tudo e engolir." -----

Vítor Clemente (interrompe) - "Não." -----

Presidente da Assembleia - "Não. Como irem para a comunicação social dizer, e foram os senhores que foram para lá dizer, que eu sou prepotente. Pois digam. Mas ao menos apontem factos. Quem exerce de forma prepotente são os senhores. Sem darem factos, vão para aqueles princípios arcaicos e pouco saudosos do inquisitório, que acusam e condenam. É óptimo, sem factos, acusar e condenar. Isso, realmente, é a coisa melhor! É como em política vale tudo, é por isso que a política, muitas vezes, anda desprestigiada, é por esse tipo de comportamento. Porque em política não vale tudo. Não vale tudo, pelo menos na minha perspectiva. E quem faz uma acusação, deve fazê-la baseada em factos e que, esses factos, no mínimo, sejam verdadeiros. Mas o que fizeram, ainda respondi, pensei que não deveria responder, pensei deixar passar isto em claro. E se trago isto aqui à Assembleia é para que a Assembleia possa tomar conhecimento, que acho que é de tomar conhecimento. Até me dão aqui poderes, é um disparate completo o que está aqui escrito. Eu tenho de dizê-lo, sem ofender, mas é um disparate do mais completo que ouvi até hoje. E portanto, nós aqui na Assembleia, não podemos perder muito tempo com estes disparates, eu não vou perder muito tempo com disparates. O senhor quer impugnar, vá para o Ministério da Administração Interna, como diz, eu não tenho problema nenhum com isso, faça o favor. Gostava de saber qual foi a regra da constituição que eu violei, ou as instâncias da República que violei e o Ministério da Administração Interna e Tribunal constitucional. Isto é demais. Acho que esta Assembleia não merece perder tempo com este tipo de coisas. E isto, é que é uma falta de respeito pela Assembleia. Isto é que é uma falta de respeito pelo próprio órgão a que as pessoas pertencem, porque todos nós, situação e oposição, pertencemos a este órgão. Isto não há questões imputáveis. E nós devemos lutar por dignificar este órgão, porque só assim é que nós teremos mais respeito pelas pessoas. Não é perdermo-nos em questões destas, sem sentido absolutamente nenhum. Isto, de facto, é demais. Eu tenho muita paciência, eu gosto muito que a oposição se manifeste, ninguém pode dizer o contrário. Eu gosto mesmo que isso aconteça, gosto de debate de ideias, tento promover isso na Assembleia Municipal. Eu podia cortar a palavra aos senhores, e posso fazê-lo, porque os senhores excedem, normalmente, a proporcionalidade em relação à vossa representação e eu nunca o fiz, contrariamente em outras Assembleias Municipais, onde isso é feito e onde o PS é poder. Eu nunca o fiz! Acho que aqui devemos, em diversidade, mas em democracia, estarmos com algum à



vontade mas com muito respeitinho, que é bom e bonito para todos nós. É isto que eu tinha para dizer. Há aqui uma proposta deliberativa. Tem a palavra, Sr. Vítor Clemente." -----

Vítor Clemente - "Acho muito bem que o Sr. Presidente comece, a partir de hoje, a coordenar tudo como está no regimento. O senhor irá ter nesta Assembleia cinco ou quatro vozes, que são ouvidas, mas nós tentamos sempre representarmo-nos. Contrariamente àquilo que é da sua bancada. Porque é de lamentar que, sobre um documento principal, que é a apresentação de contas, que a Câmara Municipal fez um esforço, bem ou mal, onde nós votámos contra, não aparecesse ninguém da bancada do PSD a defender a situação da Câmara Municipal pelo sacrifício que passou para trazer todo este processo. Devia fazê-lo, com todo o respeito pelo executivo. A partir deste momento, Sr. Presidente, marque o tempo, a bancada do PS irá respeitar ao segundo, sobre qualquer assunto." -----

Luís Fernandes - "Fiquei surpreso quando o Sr. Presidente disse que o ponto que está em cima da mesa é um ponto sem importância, pelos vistos foi o ponto que mais tempo demorou a tratar foi este. O ponto que não tem rigorosamente importância nenhuma, realmente, estamos aqui homens e mulheres desta cidade a discutir uma coisa sem importância. Portanto, registo o incómodo, que isso causou ao próprio Presidente da Assembleia, quando estamos aqui há pelo menos meia hora a discutir um assunto excelente. Por isso Sr. Presidente, tenho dito: Este assunto merece mesmo! Este assunto é sobre direitos, democracia e vontade. E por isso volto a dizer, eu não o deixo passar em claro!" -----

Presidente da Assembleia - "Não o deixa passar em claro, mas poderá fazê-lo nas instâncias competentes do Tribunal Constitucional, como o senhor diz, e do Ministério da Administração Interna. Tem toda a faculdade de o fazer. Portanto, coloco à votação esta proposta do PSD." -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Vítor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Luís Fernandes ---

Abstenções: duas (02) Carlos Lima, Paulo Xufre -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO e PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira; -----



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - "Temos aqui dois pontos que estavam relacionados com o licenciamento zero. Foi já expresso no início da Assembleia. Agora aqui é que é a diferença e há aqui uma subtilidade. Eu entendo e penso que, já falei com os membros do PSD, em relação a estes regulamentos e uma vez que entendiam que o licenciamento zero deveria entrar em vigor agora, entendo que não é oportuno e que ainda temos tempo de os debater e, portanto, não é a Câmara que está a propor a sua retirada, sou eu que proponho, como qualquer um poderia fazê-lo e isso sim tem de ser deliberado pelo órgão. Sou eu que estou a propor que sejam retirados e criadas comissões para estudar estes assuntos, para que quando a lei entrar em vigor, estes regulamentos também possam entrar em vigor, já devidamente estudados. Não é a Câmara que está a propor! Sou eu que estou a propor, portanto tem de ir a votação do órgão. Esta é a diferença." -----

O Presidente da Assembleia coloca a sua proposta, retirar os dois regulamentos e constituir comissões para analisar os mesmos, a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luís Fernandes -----

Abstenções: uma (01) Paulo Xufre -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Presidente da Assembleia - "Já agora, proponho a criação das comissões de acordo com a regra das proporções usuais. Cada bancada partidária indicará os seus membros para as comissões, de acordo." -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luís Fernandes -----

Abstenções: uma (01) Paulo Xufre -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, -----



Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO DÉCIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Subsidio de Arrendamento do Município de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vítor Clemente da Silva, Luís Fernandes, Carlos Lima, Paulo Xufre -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Manuel Gonçalves, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Alberto Saraiva, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Sérgio Brito, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de Abril de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____